

ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A.

ELETROPAR

(COMPANHIA ABERTA)
CNPJ 01.104.937/0001-70

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR é uma sociedade por ações, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, foi criada em 29 de janeiro de 1996, pela Lei nº 9.163, de 15 de dezembro de 1995, em decorrência da cisão da LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A., possui sua sede na cidade do Rio de Janeiro e tem por objeto social a participação societária na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETROPAULO e em outras sociedades.

Nessa condição, participa no capital social da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETROPAULO, da Energias do Brasil S.A. - ENERGIAS DO BRASIL, da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, da CPFL Energia S.A. - CPFL Energia e da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP, todas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica no Estado de São Paulo, e também, da Eletronet S.A. - ELETRONET, sendo esta Sociedade de Propósito Específico, com atividades de transporte de sinais de informações e prestação de serviços de telecomunicações.

Vale registrar que a ELETROPAR continua inscrita no Programa Nacional de Desestatização – PND, nos termos do Decreto nº 1.836, de 14 de março de 1996.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou as Demonstrações Financeiras em 27 de março de 2015.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras não foram alteradas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

2.2. Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados, ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como "mantido para venda", caso em que é contabilizado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligadas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

As exigências do Pronunciamento Técnico CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Companhia em uma coligada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, como um único ativo, através da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando a Companhia realiza uma transação com uma coligada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na coligada não relacionadas à Companhia.

A Companhia está apresentando nas demonstrações de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2014 o montante de dividendos recebidos de suas coligadas no montante de R\$1.544, como atividades operacionais. No exercício anterior, esses dividendos estavam apresentados nas demonstrações de fluxo de caixa como atividades de investimento, no montante de R\$ 1.331.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

2.4. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.4.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros "disponíveis para venda". A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação e, posteriormente, avaliados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros.

As variações no valor justo dos investimentos classificados como "disponível para venda", são reconhecidos no patrimônio líquido. A remuneração obtida de instrumentos de patrimônio líquido, classificados como disponível para venda, é reconhecida como receita, quando é estabelecido o direito de recebimento.

2.4.1.1. Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e

substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulado que foi reconhecido em "Outros resultados abrangentes" e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

Na baixa de um ativo financeiro que não seja em sua totalidade (por exemplo, quando a Companhia retém uma opção de recompra de parte de um ativo transferido ou retém participação residual que não resulte na retenção de substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e a Companhia retém o controle), a Companhia aloca o valor contábil anterior do ativo financeiro entre a parte que ele continua a reconhecer devido ao envolvimento contínuo e a parte que ele não mais reconhece, com base no valor justo relativo dessas partes na data da transferência. A diferença entre o valor contábil alocado à parte que não é mais reconhecida e a soma da contrapartida recebida pela parte que não é mais reconhecida e qualquer ganho ou perda acumulado alocado e reconhecido em "Outros resultados abrangentes" é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda acumulado reconhecido em "Outros resultados abrangentes" é alocado entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que não é mais reconhecida com base no valor justo relativo dessas partes.

2.5. Remuneração dos investimentos

Representa o valor a receber referente a dividendos e juros sobre o capital próprio decorrente das participações detidas pela Companhia.

2.6. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores, quando aplicável.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Máquinas e Equipamentos	10-15 anos
Direitos de Uso de Software	5 anos
Móveis, utensílios e equipamentos	3-8 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.7. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. Os impostos diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias, decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

2.9. Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.10. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.11. Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.11.1. Receita Financeira

A receita financeira representa os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil (aplicação obrigatória definida em lei).

2.12. Apuração do resultado do exercício

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência dos exercícios.

2.13. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais.

2.14. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

a) CPC

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros

resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

b) Legislação Tributária

No dia 14 de maio de 2014, a Medida Provisória (MP) nº 627, veio a ser convertida na atual Lei 12.973/14 a qual revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) definição do tratamento específico sobre tributação de lucros ou dividendos; (iii) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na Lei 12.973/14 têm vigência a partir de 1º de Janeiro de 2015, sendo facultada aos contribuintes a opção pela antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014.

A administração optou pela não adoção de antecipação prevista na referida legislação tendo em vista que não havia sido identificado nenhum benefício para a Companhia e ainda pelo fato da RFB não ter emitido regulamentação acerca do tratamento a ser aplicado diante de eventuais diferenças (entre RTT e o novo regime) na apuração de impostos ocorrida durante o período de 2014.

NOTA 3-GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1. Fatores de Risco Financeiro

I – Risco de volatilidade no preço das ações

Considerando que a Companhia possui em sua carteira de investimentos participações societárias com cotação em bolsa de valores o risco surge das possíveis alterações nos valores de mercado dessas companhias investidas.

II – Risco de crédito das aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia são representadas pelo investimento em fundo extramercado mantido no Banco Brasil, instituição financeira de primeira linha e que apresenta boas taxas de avaliação de *rating*.

III – Risco de taxa de juros dos rendimentos das aplicações financeiras

As aplicações financeiras no fundo extramercado mantido no Banco do Brasil são remuneradas pela taxa média da Selic, e o risco surge das possíveis oscilações da referida taxa.

Análise de sensibilidade

	Cenário base 10,32%	Cenário Provável 11,00%	Cenário Remoto 8,00%	Cenário Possível 9,00%
Rendimento das Aplicações Financeiras	5.837	6.222	4.525	5.090

3.2. Gestão de Capital

A ELETROBRAS, cuja participação no capital social da ELETROPAR é de 83,71%, é quem orienta as políticas de investimentos da Companhia. O capital na Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar seus acionistas. A Companhia não possui dívida com terceiros.

3.3. Estimativa do valor justo

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representar em transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados.

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título, abaixo de seu custo,

também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se, qualquer evidência desse tipo, existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Tal prejuízo cumulativo é medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por perda por valor recuperável, sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado.

As perdas por valor recuperável reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado.

A tabela abaixo apresenta os ativos da Companhia mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2014.

31/12/14			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros disponíveis para venda:			
Investimentos	62.974	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:			
Aplicações financeiras	56.560	-	-
	119.534	-	-
31/12/13			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros disponíveis para venda:			
Investimentos	68.997	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:			
Aplicações financeiras	54.205	-	-
	123.202	-	-

NOTA 4–INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

31/12/14			
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Ativos conforme Balanço Patrimonial:			
Investimentos	-	62.974	62.974
Aplicações financeiras	56.560	-	56.560

	56.560	62.974	119.534
	31/12/13		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Ativos conforme Balanço Patrimonial:			
Investimentos	-	68.997	68.997
Aplicações financeiras	54.205	-	54.205
	54.205	68.997	123.202

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos junto ao Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto Lei n.º 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução n.º 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da Selic.

O total de caixa e equivalentes de caixa encontra-se abaixo demonstrado:

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e Bancos	44	35
Aplicações Financeiras	14.485	54.205
	14.529	54.240

NOTA 6 – TÍTULO DE VALORES MOBILIÁRIOS - TVM

As aplicações financeiras encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado FAE e FAE2, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da Selic.

	Indexador	Saldo em 31/12/2014
LTN (venc. Até 90 dias)	pré-fixado	14.485
LTN (venc. Após 90 dias)	pré-fixado	42.075
		-
		56.560

NOTA 7 – REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

	31/12/2014	31/12/2013
EDP – Energias do Brasil	353	78
Eletropaulo	-	-
CTEEP	199	1.113
EMAE	-	20
	552	1.211

NOTA 8 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES COM ELETRONET E EMPRESAS CEDENTES

Sob a coordenação da ELETROBRAS, as concessionárias CHESF, ELETRONORTE, ELETROSUL e FURNAS, denominadas EMPRESAS CEDENTES, desenvolveram o negócio de provimento de meios de transporte de sinais de informações, utilizando parte da sua infraestrutura e dos seus cabos de fibras ópticas. Dessa forma, viabilizaram não só a exploração do negócio de transporte de sinais de informações, como também a atividade de prestação de serviços de telecomunicações.

As EMPRESAS CEDENTES se associaram com a iniciativa privada e, também, com a ELETROPAR, que foi identificada como uma empresa da ELETROBRAS que apresentava a estrutura legal e estatutária compatível com os propósitos negociais que se pretendiam, e que seria a preposta daquelas junto ao sócio privado.

A ELETROPAR detém 49% do capital social da Eletronet S.A. e a sua atuação era repassar os rendimentos do negócio às EMPRESAS CEDENTES, cabendo-lhe somente a remuneração a título de administração e o ressarcimento de suas despesas por conta desse negócio. O sócio privado, porém, deixou de honrar com seus compromissos, o que culminou com o requerimento de falência com continuidade do negócio, no ano de 2003.

O requerimento de falência com continuidade do negócio está em trâmite junto a 5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, cuja magistrada acolheu o pedido de confissão de falência, nos moldes requeridos pela autora, encontrando-se a administração da ELETRONET a cargo do Poder Judiciário. Diversos recursos foram interpostos pelas partes envolvidas, vários deles ainda pendentes de julgamento.

Cumprе ressaltar que, a Promotoria de Massas Falidas, em meados de 2007, declarou, nos autos do processo de falência, não existir qualquer indício de prática de crime falimentar e que a pretensão punitiva prescreveu em 5 de maio de 2007.

Em dezembro de 2009, a União Federal requereu o seu ingresso nos autos da falência. O Ministério Público se manifestou favorável à admissão da União Federal como interveniente no processo, tendo o M.M. Juiz admitido a mesma no feito naquela qualidade.

Nesta mesma época, as EMPRESAS CEDENTES ingressaram com uma Reclamação requerendo a imissão na posse dos bens da ELETRONET, cujo Relator deferiu o pedido de liminar concedendo às Reclamantes a pretensão almejada. O correspondente mandado foi cumprido no dia 15 de dezembro de 2009.

Entre o período mencionado anteriormente e a data de conclusão dessas demonstrações financeiras, não ocorreram movimentações relevantes no processo.

Os créditos junto à ELETRONET derivados do aluguel da infraestrutura e cabos de fibras ópticas, atualização monetária e juros sobre receita de aluguel de infraestrutura, diferidos no período compreendido entre fevereiro e novembro de 2002, além de multa por atraso de pagamento dos meses subsequentes, estão contemplados nesta rubrica. Além disso, os valores a receber das concessionárias, FURNAS, CHESF, ELETROSUL e ELETRONORTE, relativos à taxa de administração e ressarcimento de despesas operacionais, estão também classificados neste item.

	31/12/2014	31/12/2013
Contas a receber – Cedentes	13.674	13.674
Contas a receber – Eletronet	59.145	59.145
Obrigação com as Empresas Cedentes	(58.471)	(58.471)
Adiantamentos	(11.877)	(11.877)
Outros créditos a pagar	(1.121)	(1.121)
Contas a receber líquido	1.350	1.350
Provisão para perdas	(1.350)	(1.350)
	-	-

A ELETROPAR detém, em 31 de dezembro de 2014, créditos da ordem de R\$ 72.819, na qualidade de credora da ELETRONET, em nome das empresas cedentes, e débitos de R\$ 71.469 com as empresas cedentes, vinculados ao recebimento dos créditos.

A diferença entre os saldos ativos e passivos, que reflete a taxa de comissionamento de R\$ 1.350, foi integralmente provisionada.

NOTA 9 – ATIVOS FISCAIS A COMPENSAR

	31/12/2014	31/12/2013
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	210
IRRF sobre aplicações financeiras	877	764
IRRF – exercícios anteriores	4.378	3.566
CSSL - antecipada	4	4
	5.259	4.544
Circulante	2.518	1.803
Não Circulante	2.741	2.741
	5.259	4.544

A Companhia vem utilizando tais créditos de forma consistente desde o exercício social de 2010, fato que tem dado substância à caracterização do referido ativo conforme o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Tributos sobre o Lucro.

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos da ELETROPAR em 31 de dezembro de 2014 está distribuída da seguinte forma:

I –Empresas avaliadas pelo valor justo

	Valor de Mercado (disponível para venda)		Tipo	Quantidade	Participação (%)
	2014	2013			
Eletropaulo ¹	18.148	19.614	PNB	2.095.644	1,25
Energias do Brasil ²	13.326	16.862	ON	1.485.675	0,31
CPFL Energia ³	31.500	32.521	ON	1.703.600	0,18
	62.974	68.997			

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, dado que tais participações possuem cotação de mercado, a Companhia passou a avaliar os referidos títulos patrimoniais em outras sociedades pelo seu valor justo (valor de mercado). A contrapartida decorrente de tal avaliação é reconhecida como resultado abrangente, sendo registrada no Patrimônio Líquido, na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, dado que a Companhia classifica esses instrumentos financeiros como disponíveis para venda.

II –Empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

A ELETROPAR detém participações societárias, além daquelas descritas anteriormente, nas companhias mencionadas abaixo, as quais são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial pelo fato de a controladora da ELETROPAR, a ELETROBRAS, possuir participação nas mesmas empresas o que as caracteriza como coligadas:

	Tipo	Quantidade	Participação (%)
CTEEP	PN	1.060.225	0,655
EMAE	PN	523.911	1,420

Mutação dos Investimentos

	CTEEP	EMAE	TOTAL
Saldo em 31/12/13	18.140*	5.408	23.548
Subscrição	1.516		1.516
Perda na subscrição	(679)		(679)
Ajuste de equivalência	876	(387)	489
Reversão de Provisão		5.448	5.448
Ajuste Reapresentação EMAE		256	256

¹Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – ELETROPAULO

²EDP Energias do Brasil S.A. – ENERGIAS DO BRASIL

³CPFL Energia S.A. – CPFL Energia

Dividendos	(1.480)	(64)	(1.544)
Outros resultados abrangentes	-	(999)	(999)
Saldo em 31/12/14	18.373	9.662	28.035

* Patrimônio Líquido ajustado para adequação às políticas contábeis aplicadas nas Demonstrações Financeiras do Sistema Eletrobras.

Ajuste Patrimônio Líquido CTEEP

	CTEEP	Partic. 0,66%
Patrimônio Líquido 31/12/14	5.165.045	33.831
Ajustes exercícios anteriores	(2.124.090)	(14.035)
Ajustes ano corrente 2014	(217.208)	(1.423)
Saldo ajustado em 31/12/14	2.823.747	18.373

Com base na reapresentação realizada pela EMAE de suas Demonstrações Financeiras de 31/12/2013, quando da apresentação desse período na divulgação do ITR referente ao segundo trimestre de 2014, a Companhia considera que houve o alinhamento das políticas contábeis, sendo desnecessária manutenção do ajuste reconhecido no Patrimônio Líquido da investida.

Prorrogação das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica

As empresas investidas, CTEEP e EMAE, foram afetadas pelos termos definidos na Medida Provisória nº 579/11, convertida na Lei nº 12.783, em 11 de janeiro de 2013.

No que se refere a investida EMAE, a empresa possui o contrato 002/2004-ANEEL afetado pela nova regulamentação. Em 03 de dezembro de 2012, a investida divulgou fato relevante informando que em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a assinatura do Termo Aditivo que prorroga o seu contrato de concessão.

Com relação à investida CTEEP, como consta na nota explicativa à suas demonstrações financeiras de 2012 (nota 1.2), a empresa realizou a assinatura do aditivo ao contrato de concessão no 059/2001, com opção de recebimento da reversão, no valor de R\$ 2.891.291, da seguinte forma:

- 50% à vista (o recebimento ocorreu em 18 de janeiro de 2013);
- 50% em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria, ou seja, até 07 de julho de 2015, atualizadas pelo IPCA, acrescidas pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2014, a investida CTEEP possui registrado o valor de R\$1.490.986, aos ativos de transmissão anteriores a maio de 2000 (objeto da concessão afetada pela Medida Provisória no 579/11, convertida na Lei no 12.783/13). A determinação do valor efetivo de indenização desses ativos ocorrerá apenas após a homologação pelo órgão regulador. Considerando a participação da Companhia na referida investida, o montante é de R\$ 9.766.

Ativo reversível da concessão (EMAE)

A investida Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A - EMAE mantém contabilizado ativo reversível, excluindo-se os projetos básicos que já foram indenizados, identificados pela Administração da investida a serem indenizados pelo Poder Concedente, após fiscalização e definição dos valores com base no VNR pela ANEEL, nos termos do art. 2º do Decreto 7.850 de 30 de novembro de 2012 e a Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013. A Administração da EMAE apresentou para a ANEEL em 04 de junho de 2014 a relação dos investimentos e a documentação comprobatória referente aos investimentos a serem indenizados. A Administração da EMAE informa que até 31 de dezembro de 2014 não houve manifestação da ANEEL no tocante aos valores informados tampouco há indicações de perda de realização. Todavia, até a definição dos valores a serem homologados pela ANEEL poderão ocorrer perdas que serão reconhecidas quando vierem ao conhecimento da Administração da Companhia. O possível efeito desta incerteza na Companhia é no montante de R\$ 3.896 Mil.

II.1 Ativo e Passivo Coligadas

31/12/2014						
Coligadas	Participação %	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido
CTEEP	0,65	1.856.289	5.285.850	572.630	1.404.464	5.165.045
EMAE	1,42	312.681	781.538	103.149	991.070	680.554

II.2 Resultado Coligadas

31/12/2014						
Coligadas	Receita Operacional Líquida	Receita Financeira	Despesa Financeira	Imposto sobre o lucro	Lucro Líquido (Prejuízo)	Depreciação e Amortização
CTEEP	1.102.788	154.225	(142.334)	(80.475)	379.732	(8.860)
EMAE	145.060	37.577	(1.163)	(10.254)	(27.163)	(2.098)

III – Saldo total de investimentos em participações societárias

	31/12/14	31/12/13
Avaliados ao valor justo	62.974	68.997
Avaliados por equivalência patrimonial	28.035	23.548
	91.009	92.545

NOTA 11–CONTAS A PAGAR

	31/12/2014	31/12/2013
Eletrobras	788	740
ABRA RIO Prest. de Serv. Terceirizados Ltda	38	36
Hope Recursos Humanos S.A	-	-
Outros	50	41
	876	817

NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

I – Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:	(2.425)	3.372
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação (34%):	(825)	1.146
Efeitos de adições e (exclusões):		
Equivalência patrimonial e dividendos	(3.481)	(981)
Provisão p/ perdas – investimentos disp. p/ venda	4.738	
Outros	87	(157)
	1.344	(1.137)
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado		
	519	9
Alíquota efetiva	-	0,27%

II – Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o ajuste de avaliação a valor justo dos investimentos classificados como disponíveis para venda correspondentes às diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação

dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação do passivo de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

Saldo em 31/12/13	8.860
IR/CS diferidos sobre avaliação a valor justo	(3.378)
IR/CS diferidos – reclassificação de perda para resultado do período	5.946
(=) Movimento do período	2.568
Saldo em 31/12/14	11.428

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

I – Capital Social

O Capital Social de R\$ 118.054 é composto de 11.764.889 (onze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2014 está assim representada:

	QUANTIDADE DE ACIONISTAS	AÇÕES	
		Quantidade	Participação (%)
ELETROBRAS	1	9.848.901	83,71
Minoritários	28.857	1.915.988	16,29
	28.858	11.764.889	100,00

O valor patrimonial das ações representativas do Capital Social, em 31 de dezembro de 2014, é de R\$ 11,98 por ação (R\$ 12,06 por ação, em 31 de dezembro de 2013).

II – Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente à base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação e não excederá 20% do capital social, conforme definição expressa no artigo 193 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Tal reserva de lucros somente poderá ser utilizada para compensação de prejuízos e aumento do capital social, conforme o parágrafo 2º do supracitado artigo. Dessa forma, apresentamos a seguir a mutação da reserva legal no exercício de 2014:

Saldo em 31/12/2013	3.159
Absorção do prejuízo do exercício	(2.944)
Saldo em 31/12/2014	215

NOTA 14–LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

Apresentamos a seguir o lucro por ação básico e diluído conforme os parâmetros definidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 – Lucro por ação:

	31/12/14	31/12/13
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	(2.944)	3.363
Média ponderada do número de ações ordinárias (milhares)	11.764	11.764
Lucro básico e diluído por ação ordinária	(0,25)	0,29

NOTA 15 - PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independente de haver ou não um valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC, a Eletropar possui como partes relacionadas: sua controladora, coligadas e o pessoal-chave da administração. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

I – Controladora

Os saldos decorrentes de transações mantidas com a Eletrobras são apresentados a seguir:

	31/12/14	31/12/13
PASSIVO		
Contas a pagar ⁴	788	740

⁴Os saldos dessa rubrica são decorrentes de valores a serem reembolsados à Eletrobras em função dos seguintes itens:

Dividendos a pagar	-	670
	788	1.410
RESULTADO		
Gastos com pessoal requisitado	2.139	1.993
	2.139	1.993
II – Coligadas		
CTEEP	31/12/14	31/12/13
ATIVO		
Remuneração dos investimentos	1.480	1.310
Participação Societária	18.373	18.140
	19.853	19.450
	31/12/14	31/12/13
RESULTADO		
Perda na subscrição	(679)	-
Resultado com participações societárias	878	5.673
	198	5.673
EMAE	31/12/14	31/12/13
ATIVO		
Remuneração dos investimentos	64	20
Participação Societária	9.662	5.407
	9.726	5.427
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Outros resultados abrangentes	(999)	1.239
	(999)	1.239
	31/12/14	31/12/13
RESULTADO		
Resultado com participações societárias	5.317	(4.994)
	5.317	(4.994)

- Convênio firmado entre Eletrobras e Eletropar para utilização, pela Eletropar, da infra-estrutura administrativa da Eletrobras, contemplando os serviços de copa, segurança, limpeza e informática.
- Valores relacionados com o aluguel da sede administrativa da Eletropar, cujo espaço físico está sublocado pela Eletrobras à Eletropar, através de contrato firmado entre as partes.
- Saldos decorrentes de reembolso a ser efetuado à Eletrobras dos gastos com o pessoal requisitado pela Eletropar à Eletrobras.

III – Eletronet e empresas cedentes

O detalhamento do relacionamento da Companhia com a Eletronet e as empresas cedentes é apresentado na nota explicativa nº 8.

IV – Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, e diretores.

	31/12/14	31/12/13
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	945	884
Encargos Sociais	283	319
Benefícios	37	133
	1.265	1.336

NOTA 16 – Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As provisões para contingências judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências.

Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Segue abaixo os processos judiciais, por natureza, consideradas pela Administração da Companhia como sendo de risco de desembolso futuro possível.

Natureza	Valor
Trabalhista	456
TOTAL	456

Marcelo Lobo de Oliveira Figueiredo
Diretor Presidente

Jorge José Teles Rodrigues
*Diretor Superintendente e de Relações
com Investidores*

Eduardo da Costa Ramos
Contador
CRC-RJ 091.422/O-9

Conselho de Administração

Armando Casado de Araujo
Presidente

Marcelo L. Oliveira Figueiredo
Conselheiro

Carlos Alberto Policaro
Conselheiro

Paulo Hermínio Duque Costa
Conselheiro

Conselho Fiscal

André de Sosa Verri
Presidente

Luiz Manoel Claro Soares
Conselheiro

Fernanda Elias Porto
Conselheira